

Daniel  
16 cópias

46

SÉRIE  350 Anos  
RESTAURAÇÃO DE PERNAMBUCANA

8

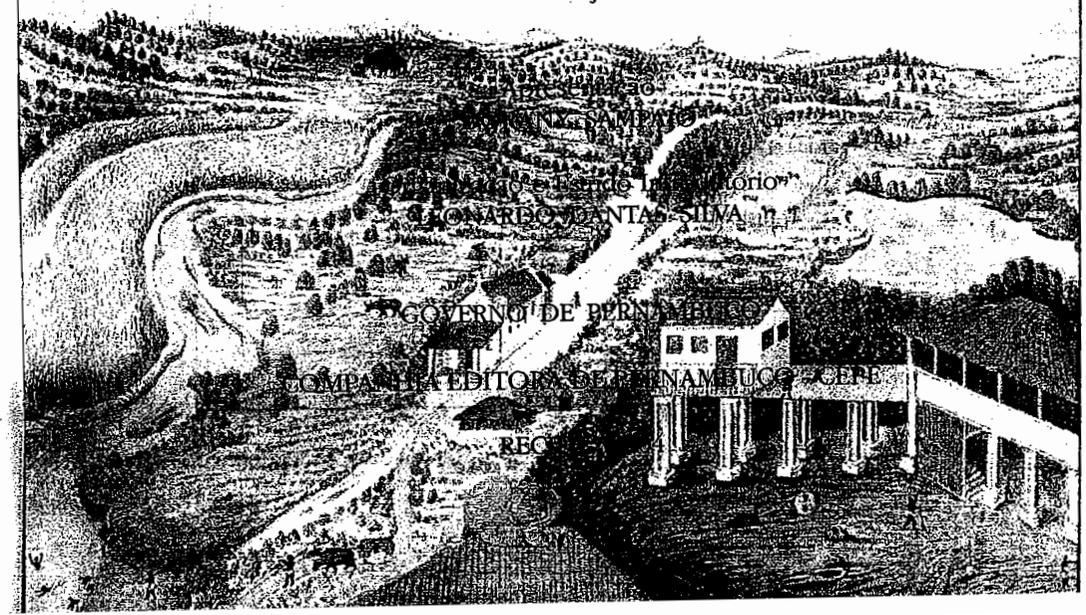
JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

FONTES PARA A HISTÓRIA  
DO BRASIL HOLANDÊS

# A ECONOMIA AÇUCAREIRA

I

2ª edição



Copyright© J. A. Gonsalves de Mello

*Jarbas de Andrade Vasconcelos*  
Governador

*José Mendonça Bezerra Filho*  
Vice-governador

*Dorany de Sá Barreto Sampaio*  
Secretário Chefe da Assessoria Especial do Governador

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco

*Marcelo Maciel*  
Presidente

*Altino Cadena*  
Diretor de Gestão

*Rui Loepert*  
Diretor Industrial

*Samuel Mudo*  
Gerente da Gráfica e Editora

Equipe de Produção:

*Elizabeth Correia, Emmanuel Larré, Geraldo Sant'Ana,  
Joselma Firmino, Josilene Corrêa, Lígia Regis, Lourdes Duarte,  
Luiz Arrais, Norma Baracho, Roberto Bandeira e Zenival.*

F683 Fontes para a história do Brasil holandês : a economia açucareira / [textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello ; organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva ; apresentação Dorany Sampaio. – 2. ed. – Recife : CEPE, 2004.  
v.1 – (Série 350 anos. Restauração pernambucana ; 8)

Conteúdo: v.1 Economia açucareira.

1. INDÚSTRIA AÇUCAREIRA – ASPECTOS SOCIAIS. 2. INDÚSTRIA AÇUCAREIRA – ASPECTOS ECONÔMICOS. 3. BRASIL – HISTÓRIA – DOMÍNIO HOLANDÊS, 1624-1654. 4. BRASIL – HISTÓRIA – DOMÍNIO HOLANDÊS, 1624-1654 – FONTES. I. Mello, José Antônio Gonsalves de. II. Silva, Leonardo Dantas. III. Sampaio, Dorany. IV. Título. V. Série: 350 anos. Restauração pernambucana.

CDU 664.1  
CDD 664.122

PeR-BPE

ISBN 85-86206-14-8

Na edição deste livro, utilizamos o exemplar do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco

## DOCUMENTO 2

*Uma relação dos engenhos de Pernambuco,  
Itamaracá e Paraíba em 1623.*

Entre os documentos que se guardam no cartório dos Estados Gerais, escaninho 6, do Arquivo Geral do Reino, da Haia, está o memorial endereçado aos mesmos Estados (órgão máximo da administração das Províncias Unidas dos Países Baixos) por José Israel da Costa, sem indicação de data, mas de cerca de 1636.<sup>1</sup> Além da evidência de que se trata de um Judeu de origem portuguesa, nada consegui obter até agora acerca de sua pessoa, nem mesmo qual o seu nome de Cristão (pois que viveu na Bahia antes da invasão holandesa de 1624); sem esse nome, pelo qual provavelmente poderá ser identificado, ao contrário do que ocorre com o seu nome de Judeu, a sua biografia não pode ser traçada, pelo menos por enquanto.

É evidente do texto do memorial que o autor residia nos Países Baixos há já alguns anos, pois não só a linguagem é típica dos escritores Judeus portugueses do exílio, como o seu vocabulário é um tanto limitado, com certo arcaísmo de forma e a adoção de termos holandeses aportunados.<sup>2</sup> Propõe-se no memorial a descrever aos Estados Gerais a situação do Brasil (entenda-se, do Nordeste brasileiro sob domínio holandês) e o quanto conviria garantir a sua segurança em relação a possíveis ataques ibéricos, promovendo-se o desenvolvimento e o

povoamento daquelas terras. A respeito da economia açucareira e dos engenhos refere:<sup>3</sup>

“As justiças da terra eram e são recomendadas do Rei para que não molestem aos moradores, nem os apertem pelos pagamentos, para com isso terem mais largueza para o muito que se há mister para os que houverem de fazer engenhos ou canaviais de açúcar.

“Com todos estes favores ditos e com se haver aumentado de grã maneira dito Brasil, são as terras tão largas e seu distrito que, sem encarecimento, é praça bastante para se fazerem Reinos, por onde se deixa ver o que com a liberdade do negócio geral poderá com o tempo seguir.

“Os engenhos de Capitania de Pernambuco até o ano de 1623 são 137, como parece da memória dos nomes deles. Para a fábrica de cada um se há mister muito dinheiro, assim para casas, tanto do engenho como de purgar, aonde se recolher os açúcares que fazem, como para cobres, madeiras, ferragens, carpinteiros, pedreiros, fôrmas, carros, servidores brancos, a quem se dão bons salários e de comer cada ano, quantidade de lenhas para arderem, caixões, bois, vacas, mantimentos, como se poderá ver do rol que destes gastos se deu (não foi encontrado), além do custo de 70 escravos que deve ter cada engenho para o serviço do açúcar e suas dependências e faltas dos que adoecem. Isto se entende, tendo cana e tudo o mais necessário para moer o tempo que se costuma, que são oito meses, começando em julho e agosto. Estes negros são cativos e os compram dos mercadores, que os mandam buscar a Angola por florins 200, pouco mais ou menos, cada um; e se morrem muitos, por mais açúcar que se faça, não podem levantar a cabeça. O serviço destes é cousa incrível, porque o engenho bota a moer às 4 horas da tarde a tarefa da cana (que assim se chama a quantidade que deve moer naquele dia) e, sem parar toda a noite, vai continuando o serviço até o outro dia às 10 horas da manhã e logo se vão limpando os vasos e, depois de descansarem quatro horas, tornam a continuar e assim se vai seguindo toda a semana; e como o trabalho está repartido, cada um acode ao seu; em acabando vão dormir, a qualquer hora que seja, o pouco tempo que podem aven-

çar. E quem tivesse possibilidade para se revezarem seria do proveito para os poupar, mas são poucos os cabedais que alcancem ao que se há mister.

“De uma tarefa destas de cana, quando está madura e o engenho é bom, se fará 70 arrobas de açúcar, que são 2.000 libras e daqui para baixo, conforme as comodidades dos engenhos e terras. Depois de cozido nas caldeiras se leva em fôrmas à casa de purgar, onde estão 3, 4 meses, e depois se seca ao sol, apartando o branco do mascavado e do xarope, que, purgado, se fazem os panelas.

“Por fazer este açúcar leva o senhor de engenho 1/2 do rendimento dele e o xarope todo e o dono da cana outra metade; e quando a cana é de partido do mesmo engenho, leva 3/5 e o lavrador 2/5 ou 1/3, conforme os acordos; o xarope para os senhores dos engenhos.<sup>4</sup>

“É tão grande o trabalho que se chama a um engenho destes inferno e somente gente, como são estes negros, o podem aturar, os quais também andam nus; pois se formos à comida que lhes dão para passarem é uma pequena de farinha de pau bem seca e algumas vezes por regalo uma sardinha, que é menos que um arenque, e custa um-de-oito, um bocado de bacalhau e a bebida não é outra que água. E naquelas poucas horas que lhes ficam [aos negros] se querem mais buscam alguns cangrejos do mato a legumes e não bastante tudo isto os castigam rigorosamente, para que acudam a seu trabalho e como andam nus os magoam demasiadamente e dizem é necessário assim, porque de outro modo não seguiria a obra, nem eles teriam o temor do branco que se requer, pois em um engenho destes quando haja 8, 10 brancos é o mais e, muitas vezes, em uma fazenda de canaviais, um só branco e 30, 40 e 50 escravos que lhe obedecem e se não for este cruel serviço feito por eles e nessa forma e de pouco gasto de mantimentos e nenhum vestido nem salários e houvesse de ser por brancos valeria uma libra de açúcar três vezes mais para se poder fazer. A cana que mói cada engenho, tendo bom aviamento, serão 180 até 200 tarefas cada ano.

“Os lavradores também hão mister partida de escravos; estes não têm ocasião de trabalhar de noite. Têm cuidado de plantar a cana e três vezes no ano limpá-la e ordinariamente visitar as faltas e enchê-las de novas plan-

tas, cortá-las ao tempo de se moer, fazer mandioca, que é a farinha, e outros serviços semelhantes que nunca lhes faltam. No tratamento e mantimentos deles é como os mais ditos. A cana depois de plantada se vem a cortar dali a 19 meses e assim para um lavrador haver de moer cada ano 50 tarefas é mister que tenha praça para plantar 100, porque a que se corta um ano não vem a servir senão para o outro, com que cada engenho fica havendo mister 400 tarefas de praça para tirarem as 200. Com os negros se tem particular cuidado, como cousa que tanto lhes doa e têm tal natureza que se emperram e querem morrer o fazem, se depressa lhes não acodem com fogo a abrir a boca.”

O autor, José Israel da Costa, diz e repete que viveu algum tempo no Brasil, mencionando especificamente a Bahia: “na Bahia aonde estive” e “diversas vezes vendi fazendas e mantimentos naquelas partes”. Talvez tenha obtido então a relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba do ano de 1623, valioso documento que é o mais antigo do gênero que existe sobre o Nordeste açucareiro.

A relação permite um estudo da produção dos engenhos, levando em conta a observação dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, cuja autoria é atribuída a Ambrósio Fernandes Brandão, aliás citado na relação como senhor de três engenhos na Paraíba. É certo que o ano de 1623 já revela os efeitos da crise de 1619-22, estudada por Ruggiero Romano, e que se reflete na queda do montante do contrato do dízimo do açúcar da safra 1623-24.<sup>5</sup> Mesmo admitindo uma produção planejadamente reduzida, vale a pena considerar o fato pois quando se trata da economia açucareira fica esquecida essa variedade de condições de engenho para engenho; que, ao lado de casas grandes como a de Megaípe, por exemplo, quase uma fortaleza de alvenaria, ou da do Engenho Noruega, um “Escorial rústico”, havia outras construídas de taipa, não de pilão, mas de “sopapo”, como nos revela uma tela de Frans Post. Observação que já fiz ao comentar um livro valioso e raro do século passado, a *Estatística de Jaboatão* (Recife, 1857). Lê-se nos *Diálogos*:

“Nos engenhos de fazer açúcares há muito grande diferença dos bons aos maus, porque aqueles que gozam de três cousas, quando seus senhores têm fábrica bastante, são sumamente bons; as quais três cousas consistem em ter muitas terras e boas para a planta dos canaviais, água bastante que não falte para a moenda e lenhas em grandes matas também em quantidade... E quando os tais engenhos são desta qualidade, não lhes faltando, como tenho dito, a fábrica necessária, costumam a fazer em cada um ano a seis, sete, oito e ainda a dez mil arrobas de açúcar macho (isto é, branco e mascavado), afora os meles, que são *retames* e *batidos*, que sempre chegam a três mil arrobas;... E os outros engenhos de menos porte costumam a fazer a cinco e a quatro e ainda a três mil arrobas de açúcar, e os tais são de pouco proveito para seu dono.”<sup>6</sup>

Classificando, nos termos dos *Diálogos*, os engenhos de Pernambuco e Itamaracá (total de 117 enumerados e não 119 como indicado na relação) em “sumamente bons” (produção igual ou superior a 6.000 arrobas de açúcar macho), em “de menos porte” (de 3.000 a menos de 6.000 arrobas, idem) e em uma terceira categoria, não mencionada nos *Diálogos* (de menos de 3.000 arrobas, idem), teremos:

“sumamente bons”	19	15%
“de menos porte”	55	47%
terceira categoria	42	38%

Qual ou quais dessas categorias resistiriam ou não, com maior ou menor sacrifício, aos períodos de queda de preço do açúcar (tema que tem sido estudado por Frédéric Mauro)? É assunto a investigar.

Com base em parte nesta relação, Evaldo Cabral de Mello chamou pela primeira vez a atenção dos historiadores e genealogistas para um aspecto importante da história social do Nordeste. Vale a pena transcrever suas observações:

“Quando se compara esta lista (dos proprietários de engenhos, recolhida nas *Denúncias do Santo Ofício em Pernambuco, 1594-95*) com a que se contém na relação dos engenhos de Pernambuco preparada em 1623 por Jo-

(sé Israel da Costa, ou com a do 'Breve Discurso' [doc. V desta coletânea] salta à vista a intensa transferência da propriedade açucareira em Pernambuco entre 1594 e 1630. A impressão que se tem está longe de confirmar a imagem tradicional de uma sociedade estável do ponto-de-vista da composição da sua classe privilegiada, recrutada entre pequenos fidalgos da província e atuada por valores rotineiramente agrários, isto é, o grupo restrito de colonizadores, vindos com Duarte Coelho ou ao tempo do governo da sua viúva ou dos seus filhos, o qual teria monopolizado as oportunidades econômicas e sociais proporcionadas pelo açúcar. Nada disto: estão quase ausentes os nomes de famílias que se tem convencionalmente associado à colonização da capitania, como a indicar que o grupo duartino não chegou a obter, ou se obteve não pôde deter, o controle da propriedade açucareira. Em 1594, em 61 nomes de senhores de engenho, acham-se apenas 8 que sugeriram esse primeiro 'Who is Who' da história brasileira, que foram os pequenos fidalgos da colonização da Nova Lusitânia: um Paes Barreto, um Lins, um Sá, um Holanda, dois Bezerra, dois Albuquerque. Os restantes são todos nomes obscuramente plebeus. Aos Albuquerque, menos de cem anos após a chegada a Pernambuco do fundador da família, Verdonck se refere depreciativamente como sendo 'grandes fidalgos segundo se julgam, mas na realidade gente pobre e indigente' [ver doc. IV desta coletânea]. Surpreendentemente, é na relação de 1623 ou no 'Breve Discurso' que se vão encontrar nomes de famílias da chamada 'nobreza da terra', o que sugere terem seus membros se beneficiado do processo de transferência da propriedade açucareira provocado pela crise da segunda e terceira décadas de seiscentos".<sup>7</sup>

A relação de José Israel da Costa foi pela primeira vez publicada na Revista do Museu do Açúcar vol. 1 (Recife, 1968) pp. 32-36.

1 - O Dr. E. van den Boogaart atribui o memorial aos anos de 1637-38, tempo em que se debatia nos Países Baixos a questão do monopólio ou do comércio livre do Brasil: *Zo Wijd de Wereld Strekt* (Haia, 1979) p. 250. O ano de 1636 parece-me preferível, pois o autor se congratula com a "boa eleição que tomou para se ha-

ver de ir o bem nascido e piedoso Conde de Nassau... para com seu maduro conselho as inquietações do Brasil poder aquietar e pôr as cousas em tal ordem que não haja mais que desejar".

- 2 - Sobre o vocabulário dos Judeus ibéricos nos Países Baixos ver, de B.N. Teensma, o "Philological Commentary" à publicação do texto de David Franco Mendes, "Memórias do estabelecimento e progresso dos Judeus Portugueses e Espanhóis nesta famosa Cidade de Amsterdam", em *Studia Rosenthaliana* vol. IX nº 2 (Assen, 1975) pp. 185-204.
- 3 - O texto em holandês - em tradução que acompanha o original português de José Israel da Costa, também conservada no Arquivo citado - foi publicado parcialmente pelo Dr. Boogaart, livro cit. em nota (1), pp. 250-51.
- 4 - Veja-se a segunda edição integral dos *Diálogos* (Recife, 1966) pp. 87-88.
- 5 - O estudo de R. Romano pode ser lido em versão inglesa em Geoffrey Parker e Lesley M. Smith, *The General Crisis of the Seventeenth Century* (Londres, 1978) pp. 165-225; Frédéric Mauro, *Portugal et l'Atlantique au XVII siècle* (Paris, 1960) pp. 251-52 e Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada* (São Paulo, 1975) pp. 53-55. Os dízimos foram contratados pelos valores seguintes nas safras abaixo:
 

1618-19	54.000	cruzados	1619-20	73.500	cruzados
1620-21	73.500	"	1623-24	51.000	"
- 6 - *Diálogos*, cit., pp. 86-87
- 7 - Evaldo Cabral de Mello, livro cit. em nota (5) pp. 57-58.

## DOCUMENTO 2. TEXTO.

*"Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco,  
Ilha de Itamaracá e Paraíba" – ano de 1623.*

Açúcar Macho (branco e mascavado)	Arrobas	(Açúcar) Retame	Arrobas
1 – Manuel Saraíba de Mendonça	11.620		2.700
2 – Francisco Monteiro	5.910		1.010
3 – Gaspar de Mendonça	2.180		200
4 – Antônio da Silva Barbosa	4.680		1.196
5 – Pedro da Cunha de Andade	9.035		2.000
6 – Luísa Nunes <sup>1</sup>	4.154		480
7 – Lourenço de Sousa de Moura no Trapiche	500		90
8 – Henrique Afonso	3.970		614
9 – Marcos André	1.106		–
10 – Francisco Brenger	2.190		500
11 – Jerônimo Paes	9.520		2.590
12 – Dona Isabel Carvalho	5.600		1.150
13 – Paulo Bezerra	6.550		1.960
14 – Luís Ramires	4.019		780
15 – Maria Barbosa	4.331		830
16 – Gaspar Fernandes Anjo	2.391		516
17 – Diogo de Araújo de Azevedo, no engenho novo de Antônio de Sá	5.476		1.308
18 – Manuel de Chaves no engenho de Francisco Moura	5.230		1.480
19 – Antônio de Sá Maia no engenho de Santo André	4.723		677

20 – Pedro da Lauz <sup>2</sup>	1.600		120
21 – Luiz Dias Barroso	2.949		460
22 – Gregório de Barros Pereira no engenho de Antônio de Bulhões	9.021		1.500
23 – O Licenciado Manuel Nunes	2.700		500
24 – Antônio Rodrigues Moreno	4.700		1.000
25 – Salvador Jorge	2.100		400
26 – Filipe Diniz de Paz	5.840		1.770
27 – Salvador Soares	3.400		600
28 – Baltasar Gonçalves Moreno	6.060		1.000
29 – João de Barros Rego	4.820		1.043
30 – Francisco do Rego Barros	7.420		300
31 – Gabriel de Pina	5.917		1.050
32 – Manuel Rodrigues Nunes	7.117		1.500
33 – Manuel Rodrigues o mouco	1.100		260
34 – Diogo da Costa Maciel	2.870		500
35 – Antônio Nunes Ximenes	5.400		500
36 – Diogo Soares da Cunha	6.423		800
37 – Filipe Dias Vale em Grojaú	4.330		344
38 – Gomes Martins	3.545		420
Adiante	180.077		34.094
Açúcar macho o atrás monta	180.077	Retame	34.094
39 – João Paes Barreto	8.180		1.580
40 – O dito no engenho da Guerra	5.465		–
41 – Manoel Gomes de Melo	4.000		840
42 – Cristóvão Paes	5.060		1.100
43 – André do Couto	2.540		800
44 – Pedro Lopes de Vera	3.640		850
45 – Luís Marreiros	2.840		613
46 – Dom Luís	5.660		1.257
47 – Filipe Paes	4.720		420
48 – Miguel Paes	4.267		–
49 – Gaspar de Mere <sup>3</sup>	6.100		1.450
50 – João Rodrigues Caminha	800		–
51 – Diogo Fernandes Pantorro	6.995		860
52 – Estevão Paes	5.860		600
53 – Julião Paes	2.750		660
54 – Antônio Ribeiro de Lacerda	8.829		2.245

55 - O engenho do dito da Bertioga	4.882	1.115
56 - Margarida Álvares	1.885	480
57 - Manuel de Mesquita da Silva	5.287	820
58 - Antônio Ribeiro de Lacerda no engenho do Maranhão	3.095	560
59 - Manuel Vaz Viseu	4.300	800
60 - Gaspar Fragoso	4.460	1.042
61 - Cosmo Dias de Afonseca	3.500	646
62 - O dito no Salgado	5.877	608
63 - Bastião Coelho	3.600	690
64 - Gaspar da Fonseca Carneiro	4.000	680
65 - Ana de Crasto	2.220	300
66 - Manuel de Novalhas	6.550	700
67 - Alexandre de Moura	2.010	165
68 - Pedro Fragoso	4.213	1.102
69 - Francisco de Taíde	920	170
70 - Francisco Rodrigues do Porto	2.840	410
71 - Vicente Campelo no engenho de Filipe de Albuquerque	6.368	2.260
72 - Jaques Peres	7.928	1.981
73 - Jerônimo Albuquerque	5.278	1.231
74 - Pedro Lopes de Vera, 2º engenho	4.815	2.274
75 - Miguel Ferreira	4.919	1.336
76 - Manuel Gonçalves	3.670	240
77 - Diogo Paes Barreto	5.159	1.390
78 - Jaques Peres resoado	1.555	330
79 - Rodrigo de Barros	4.259	630
80 - Manuel Camelo	2.740	440
81 - Manuel Ramalho	920	70
82 - Baltasar de Almeida Botelho	2.815	360
Passa à segunda coluna	373.117	71.895
Açúcar macho. Val o emfrente	373.117	Retame 71.895
83 - João Lins	1.020	117
84 - Estevão d'Alpoem	1.545	320
85 - Pedro Fernandes	3.245	1.245
86 - Antônio Martins Ribeiro	300	-
87 - Cristóvão Dias	980	200
88 - Diogo Soares	6.557	840

89 - Tomé da Rocha	430	-
90 - João Gomes d'Andrada	1.380	450
91 - Francisco Gomes Flores	2.400	600
92 - André Coelho	100	-
93 - Julião Peixoto	540	140
94 - Jerônimo da Rocha não moeu	-	-
95 - Francisco Coresma	3.520	400
96 - Pedro da Rocha Leitão	2.200	647
97 - Rui Colasa	2.080	596
98 - Gonçalo Novo	1.320	225
99 - Francisco Correia	3.076	420
100 - Domingos de Oliveira	4.800	800
101 - André da Rocha no Ubu	2.739	708
102 - Miguel Álvares Soares	1.780	400
103 - Baltasar Rodrigues Mendes	1.260	400
104 - Polociano Brandão	1.800	444
105 - Gonçalo Novo	3.091	1.213
106 - Duarte Ximenes	3.108	500
107 - Domingos da Costa B (randão)	5.627	1.435
108 - Jorge Rodrigues Porto em Musupe	2.930	622
109 - Pedro Fernandes Porto	4.036	1.104
110 - Jerônimo Couto	10.317	2.170
111 - O dito nos Três Paus	4.644	683
112 - Gaspar de Figueiredo	4.640	1.339
113 - Francisco Homem d'Almeida	1.256	-
114 - Antônio d'Olanda	9.000	700
115 - Diogo de Paiva	5.977	1.644
116 - Antônio Cavalcanti de Bojari <sup>4</sup>	5.377	1.093
117 - Cosmo da Silveira	3.470	1.080
119 (sic) engenhos. Passa adiante	479.642	94.430
Açúcar macho. Val o atrás Paraíba	479.642	94.430
118 - 120 - Ambrósio Fernandes Brandão em 3 engenhos	13.586	Fez a Capitania da Paraíba de retame esse ano em todos os engenhos
121 - O Padre Faria	3.000	
122 - Antônio Pinto de Mendonça	3.900	
123 - Francisco Álvares Romão	4.000	

124 – João de Souto		4.570	16.018
125 – O engenho dos Padres de São Bento não moeu		–	–
126 – Manuel Pires Correia		6.140	
127 – Fernando Camelo		5.500	
128 – Pedro Candena		5.000	
129 – André da Rocha		1.420	
130 – João Rabelo de Lima		6.078	
131 – Domingos Carneiro		3.590	
132 – Domingos Fernandes em Tibiri		3.824	
133 – Francisco Álvares		753	
134 – 135 – Duarte Gomes da Silveira 2 engenhos		7.618	
137 engenhos	Arrobas	548.621	110.448

- 1 – Luísa Nunes, viúva de Álvaro Velho Barreto, senhora do Engenho do Meio, da invocação de Nossa Senhora da Ajuda, na Várzea do Capibaribe, vendido a Carlos Francisco Drago em 1625: Fernando Pio, “Cinco Documentos para a História dos Engenhos em Pernambuco”, *Revista do Museu do Açúcar* vol. 2 (Recife) 1969) pp. 26-31.
- 2 – Pedro da Lauz, que aparece como De La Houst, é Pedro Lahoest, brabantino (na atual Bélgica) que viveu na Espanha e em Portugal. Fixou-se em Pernambuco antes de 1617 e morreu cerca de 1630. Casado com Cristina Rodrigues Delgado. Eddy Stols, *De Spaanse Brabanders of de Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld, 1598-1648* 2 vls. (Bruxelas, 1971) II pp. 37 (nº 291) e 42 (nº 332); Fernando Pio, “Cinco Documentos” cit., pp. 28-30. Aí está Pedro de Lans por Laus; Arquivo Geral de Simancas, Espanha, Secretarias Províncias códice 1496 fls. 180v sobre a negociação que Pedro de Laó (sic) fazia em 1607 de Cadiz com Pernambuco.
- 3 – Gaspar de Mere era natural de Antuérpia, onde nasceu antes de 1570 e faleceu, ao que parece no Brasil, depois de 1639: Eddy Stols, *De Spaanse Brabanders* cit., II p. 47 (nº 376); De Mere já estava em Pernambuco em 1617, na mesma altura em que aqui viviam Pedro Lahoest e Adriano Verdonck, todos brabantinos. De Mere está a merecer um estudo. Gaspar de Mere de Sousa, professor de matemática em Coimbra, parece ser filho seu: Sousa Viterbo, *O Doutor Gaspar de Mere* (Lisboa, 1910).
- 4 – Sobre Antônio Cavalcanti ver Gil Maranhão, “As Sesmarias de Goiana e os primeiros engenhos do Tracunhaém”, *Revista do Museu do Açúcar* vol. 4 (Recife, 1970) pp. 7/20.

## DOCUMENTO 3

*Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaen Verdonck em 1630.*

Um “belga” da região brabantina, Adriaen Verdonck, é autor de uma valiosa “Memória” oferecida ao governo holandês de Pernambuco em 1630. Os invasores encontraram aqui vários neerlandeses, quer das “Províncias Rebeldes” (os Países Baixos de hoje) quer das chamadas “Províncias Obedientes” (a Bélgica, sobretudo, que entretanto só viria a existir como Estado em 1830): senhores de engenho como Gaspar de Mere e Pedro Lahoest; comerciantes ricos, como parece ser o caso de Adriaen Verdonck; e técnicos, como o engenheiro Pieter van Bueren. Indicação de que os capitais “flamengos” não faltaram à economia do Nordeste.

Nascido no Brabante cerca de 1589, Verdonck viveu por algum tempo em Lisboa (por volta de 1611), passando-se a Pernambuco onde estava pelo ano de 1618. Em 1630 tendo servido por algum tempo aos invasores, na verdade conservou-se fiel aos luso-brasileiros (provavelmente era Católico) mas, descobertas suas ligações com estes, foi justificado pelos holandeses em 1631.<sup>1</sup> Conheceu larga parte do território pernambucano e na “Memória” recolheu informações importantes acerca da área açucareira e das de policultura e de pecuária que abasteciam aquela, voltada exclusivamente para a sua atividade monocultora. Pernambuco açucareiro abastecia-se nas Alagoas – do seu gado, das suas tainhas que viraram figu-

ras heráldicas, da sua mandioca, do seu fumo, este sempre tão dependente da pecuária – e no Rio Grande, de onde vinham os bois de talho e de trabalho e mais mandioca e milho; além dos limitados campos de pequena agricultura, situados aqui e ali na Capitania.

A região do açúcar começava nas Alagoas e tomava corpo em Porto Calvo e em Serinhaém; o centro localizava-se nos vales dos rios Ipojuca, Jaboatão e Capibaribe, onde estavam os principais engenhos. A produção era transportada em barcos, que podiam conduzir de 100 a 110 caixas de açúcar e as entregavam nos “passos” para o embarque.

A “Memória” é conservada em cópia contemporânea no Arquivo Geral do Reino, na Haia, cartório da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha) maço 49, folhas 40/44, entre as Cartas e Papéis do Brasil do ano de 1630. Foi traduzida para o português por Alfredo de Carvalho e publicada sob o título “Descrição das Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.... por Adriano Verdonck”, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* vol. IX nº 55 (Recife, 1901) pp. 215-27; nova tradução por quem escreve estas linhas, “Dois Relatórios Holandeses”, *Revista do Arquivo Público Estadual* de Pernambuco ano IV nº 6 (Recife, 1949) pp. 613-28, a qual sofreu revisão para a presente coletânea.

1 – Eddy Stols, *De Spaanse Brabanders of de Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld*, 2 vols. (Bruxelas, 1971) II, p. 67 e José Antônio Gonçalves de Mello “Dois Relatórios Holandeses”, *Revista do Arquivo Público Estadual* de Pernambuco ano IV nº 6 (Recife, 1949) pp. 581-604.

### DOCUMENTO 3. TEXTO.

Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630.

§ 1º – RIO SÃO FRANCISCO. Em primeiro lugar, a jurisdição de Pernambuco estende-se até o Rio São Francisco, cerca de 40 milhas (\*) para o sul; nessa região os poucos habitantes, quase todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas, para a criação dos quais a terra se presta muito, havendo ali grande quantidade desses animais; fazem também ali bastante farinha, pescam muito peixe e plantam também muito fumo; encontra-se igualmente algum pau-brasil, mas pouco açúcar e todas essas mercadorias são trazidas anualmente de uma vez para Pernambuco; à beira-mar tem-se achado freqüentemente muito âmbar.

No mesmo rio São Francisco foi igualmente encontrada, há cerca de 12 anos, uma mina de prata, da qual um certo camponês ali morador retirou ocultamente para mais de 50 ou 60.000 ducados, de que fez presente de 10.000 ducados a um governador desta terra, chamado D. Luís de Sousa, que ali foi expressamente em busca da dita mina; outrossim há ali também muito salitre; quanto à mina, sempre houve grande fama entre os portugueses

(\*) A milha holandesa equivalia a 5.555m.

e não se pode duvidar da existência ali de grande quantidade de prata, à vista das muitas experiências que foram feitas em diferentes viagens àquele sítio; mas o rei da Espanha nunca quis permitir a exploração da mina; para chegar-se ao povoado tem-se de subir o mesmo rio cerca de cinco milhas e a mina da prata fica a 4 ou 5 milhas para o interior.

§ 2º – ALAGOAS – Perto do Rio São Francisco existe um lugar chamado Alagoas, onde há dois rios, um situado ao norte e outro ao sul; no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações 5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de bois e vacas, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação; o povoado está situado sobre ambos os rios e dista do mar umas cinco milhas.

Os moradores plantam ali grande quantidade de mandioca e a maior parte da farinha que vem para Pernambuco é dessa procedência; outrossim planta-se nesse lugar muito fumo e prepara-se considerável porção de peixe seco, que todo é trazido para aqui e prontamente vendido; além desses víveres produz a terra muitos outros gêneros alimentícios, sem os quais dificilmente poderiam manter-se os seus habitantes, tanto os da cidade como os de fora; os moradores dessa região penso que são mais afeiçoados aos holandeses do que à gente da sua nação, porque quase todos são criminosos e gente insubordinada.

§ 3º – PORTO CALVO – Próximo a Alagoas há um povoado denominado Porto Calvo que também conta poucos habitantes; na mesma região existe igualmente muito gado, principal riqueza dos seus moradores, que o trazem de ordinário para Pernambuco; plantam ali muito fumo, fazem bastante farinha e pescam muitos peixes, na maior parte tainhas, que trazidos para Pernambuco são logo vendidos; ainda nessa região existem 7 ou 8 engenhos alguns dos quais fazem um pouco de açúcar.

Esse povoado também dista umas cinco milhas da praia e é banhado por um rio de 9 a 10 braças de fundo, pelo qual se pode subir do mar para o povoado.

§ 4º – UNA – Não longe de Porto Calvo está situado um povoado de nome Una, em cujos arredores se encontra também muito gado, e os moradores plantam muita mandioca e milho, como em todos os outros lugares já citados; também muito fumo, feijão, favas e outros cereais e muitas outras frutas; pescam igualmente muito, e tudo trazem para vender aqui em Pernambuco.

Nas vizinhanças há 4 ou 5 engenhos que fazem algum açúcar; o povoado está a 3 milhas da praia e pode subir-se até ele em uma chalupa; os moradores também não são numerosos, de sorte que penso que do rio São Francisco até aqui, no espaço de umas 20 milhas, podem morar cerca de 500 a 600 homens, quase todos mamelucos e gente muito má.

§ 5º – SERINHAÉM – Próximo a Una encontra-se um grande povoado chamado Serinhaém, pobre de gado porque os moradores ali se ocupam de preferência na cultura de canas, de modo que na jurisdição do mesmo povoado há 12 ou 13 engenhos, que ordinariamente fazem grande quantidade de açúcar, a saber, 6 ou 7.000 arrobas cada engenho e quase que é o melhor açúcar que se fabrica nesta terra; está a 2 milhas da praia e as barcas sobem o rio para carregar açúcar, de 100 a 110 caixas em cada barca; o mesmo rio é pouco profundo na foz, onde não tem mais de 7 a 8 pés d'água.

No mesmo povoado e nas proximidades moram muitos Albuquerque, e grandes fidalgos, segundo se julgam, (\*) mas na realidade gente pobre e indigente, e ao todo pode ali haver uns 500 habitantes, que plantam muita mandioca, fumo e toda a casta de cereais e pegam muito peixe; há também ali algum pau-brasil e a mesma jurisdição de Serinhaém é um sítio muito aprazível para morar-se.

§ 6º – IPOJUCA – Perto de Serinhaém há um povoado de nome Ipojuca onde pode haver uns 600 habitantes em toda a jurisdição e muita gente rica, sendo um lugar muito agradável para morar-se; nas cercanias há 13 ou 14 engenhos que fazem grande quantidade de açú-

(\*) Ver Padre Jácome Monteiro, "Relação da Província do Brasil em 1610", em Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols. (Lisboa, Rio de Janeiro 1938-50) VIII p. 405.

car; farinha, fumo e peixe vem pouco desse lugar porque disto não fazem alimento; para chegar-se ao primeiro desses engenhos, junto ao qual há um armazém para onde é levado o açúcar de quase todos os engenhos próximos, tem-se de subir o rio Ipojuca, situado logo adiante do Cabo Santo Agostinho por espaço de 2 milhas; junto à foz do rio há 2 ou 3 canhões a fim de impedir a entrada ao inimigo e na mesma foz não há mais de 7 ou 8 pés de água; aí vão as barcas carregar de 100 a 110 caixas de açúcar para transportá-las ao Recife, como o fazem em todos os outros lugares.

§ 7º – CABO SANTO AGOSTINHO – SANTO ANTÔNIO – Não longe de Ipojuca está o Cabo Santo Agostinho, onde existe um povoado chamado Santo Antônio do Cabo; nessa jurisdição deve haver cerca de 20 engenhos ou mais, porque é uma grande extensão de terra. Há ali alguns engenhos excelentes, que fabricam muito e bom açúcar; quanto a cereais, farinha, fumo, gado e peixe quase nada vem dali porquanto os habitantes apenas plantam, fabricam, criam e pescam o necessário ao seu consumo, dedicando-se principalmente à cultura da cana; todavia há ali alguns plantadores de mandioca que fazem farinha para vendê-la na mesma região aos moradores.

Em todos esses lugares atrás mencionados há grande quantidade de toda a casta de peixe e abundância de camarões e caranguejos que, principalmente no inverno, os mouros com pouco trabalho sabem achar e pegar para o sustento dos seus senhores, havendo também muita caça de toda a qualidade, que, com a mesma facilidade e sem trabalho, é diariamente apanhada e constitui um alimento muito delicado; além disto há muito boas frutas e verduras para comer-se, de que em todos os lugares os moradores têm grandes e belos pomares e hortas, nos quais há de tudo.

O mesmo povoado de Santo Antônio do Cabo dista duas milhas do mar e não havendo rio para subir-se até os engenhos, quase todo o açúcar tem de ser transportado por terra até às barcas e algum é levado para outro lugar e chega à foz de um rio chamado Jangada, junto a Nossa Senhora da Candelária, umas 3 milhas ao norte do Cabo;

a mesma região é um lugar belo para morar-se, pois com facilidade criam-se muitos carneiros, cabritos, bodes, porcos, perus e galinhas e há também caça de toda a espécie, muitas frutas, de sorte que não há falta de comestíveis.

§ 8º – NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA – CURCURANAS – Próximo ao Cabo Santo Agostinho há na praia uma igreja chamada de Nossa Senhora da Candelária, como acima foi referido; logo junto a essa igreja, para o norte, existe um caminho na extensão de um tiro de mosquete, pelo qual se chega sem tardança a um grande e belo lugar de nome Curcuranas, onde habitualmente os portugueses tinham, e é difícil que ainda tenham, para mais de 1.300 a 1.400 cabeças de gado e algumas vezes ainda mais, que para ali vinham dos mencionados e doutros lugares para o consumo da cidade de Pernambuco e onde os marchantes iam comprá-lo quando tinham necessidade, bem como ali conservavam gado por causa de um muito bela e grande pastagem, na qual há espaço para mais de 3.000 bois e água em abundância; nesse lugar e nos arredores devem morar 60 ou 70 homens.

§ 9º – OS GUARARAPES – JABOATÃO – MURIBARA – CAMASSARIM – VÁRZEA DO CAPIBARIBE – Das Curcuranas à cidade de Pernambuco há umas cinco milhas e contando para a jurisdição o território na extensão de cinco milhas também para o interior, notam-se ainda outros lugares, a saber: os Guararapes, Jaboatão, Muribara, Camassarim e Várzea do Capibaribe; deve haver em todos esses lugares bem 24 ou 26 engenhos, dos quais 13 ou 14 numa bela planície denominada Várzea do Capibaribe, a 2 ou 3 milhas da cidade, e onde está a melhor e mais bela moradia, melhor do que em qualquer dos lugares atrás mencionados e é o principal deles, de onde vem a maior e melhor parte do açúcar; esta Várzea é muito habitada, tem muitas e muito belas casas, residindo ali muita gente de qualidade e várias pessoas ricas, de sorte que das Curcuranas até Pernambuco, numa largura de 4 a 5 milhas, deve haver mais de 800 homens; ali fazem também muita farinha, que ordinariamente é a melhor da terra e quase toda consumida pelos próprios habitantes, que possuem igualmente toda a casta

de animais domésticos em abundância, como bois, vacas, carneiros cabritos, etc., que tanto ali como em todos os lugares atrás mencionados são sempre encontrados em quantidade, porque todos os moradores os criam juntos às suas casas, de modo que não experimentam dificuldade quando acontece aparecer num dia, inesperadamente, 10 ou 12 hóspedes, porquanto possuem à mão todo o necessário, tanto animais como muito peixe de rio, quantidade de camarões e alguns de tamanho que 5 ou 6 bem podem pesar uma libra, caranguejos, muita caça, toda a sorte de legumes de suas hortas e toda a sorte de guloseimas de que este povo é muito amante; têm, outrossim, os seus pescadores, que saem ao mar até 2 e 3 milhas da costa, de modo que nunca lhes falta carne fresca nem peixe fresco e tudo o mais acima referido, fora outras cousas que presentemente não me vêm à memória.

§ 10º – MATA DO BRASIL – Além dos que acabamos de mencionar, há ainda um lugar muito grande e habitado chamado Mata do Brasil, o qual está situado a cerca de 9 ou 10 milhas ao sul de Pernambuco para o interior: ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus mouros e brasilienses, sendo ali livre o corte do pau-brasil e cada um pode tirá-lo aonde quizer; depois de limpo é trazido em carros para um lugar de nome São Lourenço, ao qual adiante teremos que nos referir, onde é vendido aos contratantes do rei, que dão por cada 128 libras ou 4 arrobas, ordinariamente, de um cruzado a 450 ou 480 réis, e ainda assim o pagamento é quase sempre feito em mercadorias, por preços 100% acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito desse modo, porque ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas, senão unicamente eles.

O pau-brasil que anualmente vem dessa Mata do Brasil é em grande quantidade e ali há também em abundância gado, carneiros, bodes, muitos porcos, perus, galinhas e tanta caça que causa admiração, afora toda casta de animais que ali se dão muito bem, pelo que há ali muitos viveres, porque é uma terra muito produtiva e aonde os portugueses semeiam e plantam num espaço de 20 milhas de comprimento sobre tantas de largo. Nessa Mata do Brasil podem morar ao todo 150 a 200 homens, pouco mais ou

menos; ali também fazem muita farinha e colhem fumo, grande quantidade de milho, feijão, favas e toda a sorte de frutos.

§ 11º – SÃO LOURENÇO – Há, ainda, um povoado próximo a essa Mata do Brasil chamado São Lourenço, situado a cinco milhas de Pernambuco para o interior, onde existem 7 ou 8 engenhos fazendo muito e bom açúcar e também é muito bela e aprazível moradia; encontra-se ali de tudo, exceto peixe fresco, devido à distância do mar, o mesmo que acontece na Mata do Brasil; porém, em vários sítios pegam com pouco trabalho toda a casta de peixe de rio, alguns do tamanho de um braço.

Por todo este país os portugueses empregam um processo especial quando querem pegar grande porção de peixe sem trabalho; dirigem-se para o rio que lhes parece oferecer melhor oportunidade e tomam umas certas varas, que para isto vão buscar ao mato; depois de bem batidas lançam-nas ao rio, de sorte que o peixe com isto fica embriagado e vem boiar à flor d'água, podendo ser pegado à mão; o efeito de tais varas sobre os peixes faz-se sentir dentro de três ou quatro horas; dias houve, em que vi fazer isto, serem apanhados de 6 a 7.000 peixes de todas as qualidades e tão gordos e de delicado sabor quanto se pode desejar. Essas pescarias são ordinariamente feitas no verão, quando os rios não têm muita água; o pau com que embriagam os peixes é chamado timbó.

É para notar que nesta terra não se recebe dinheiro dos viajantes pela sua hospedagem; venham de onde vierem, sejam conhecidos ou desconhecidos, dá-se-lhes imediatamente agasalho e são muito bem tratados de tudo.

Nesse lugar de São Lourenço fazem também muito pau-brasil, além do que para ali é levado para ser transportado em outros carros para o Passo do Fidalgo, distante de Pernambuco cerca de 2 milhas, e para onde se vai em barcas que sobem o rio; em São Lourenço e na sua jurisdição pode haver de 250 a 300 habitantes.

§ 12º ALDEIAS DE BRASILIENSES – Do rio São Francisco até aqui, segundo a minha estimativa, deve haver 11 a 12 aldeias de brasilienses, todas distantes da praia 3 ou 4 milhas; essas aldeias podem ter cerca de 200 hábeis flecheiros, além das mulheres e crianças.

§ 13º – PERNAMBUCO – Até aqui temos mencionado todos os lugares que se acham sob a jurisdição de Pernambuco, isto é, do rio São Francisco até à cidade; agora vamos falar da mesma cidade, referindo como dentro dela se encontra um muito belo, grande e forte convento de Jesuítas; logo junto, outro de Franciscanos e adiante ainda outro chamado de São Bento, também bonito, forte e grande; além destes há, ainda, um convento de freiras denominado Conceição e nestes 5 (\*) conventos podia haver bem 130 pessoas religiosas, sem contar 50 ou 60 padres que moram na cidade; afora esses há, ainda, bem uns 100, que residem fora da cidade e quase que em cada engenho um.

Além dos citados existe um convento de Franciscanos no povoado de Ipojuca, outro da mesma ordem no povoado de Igarassu e, ainda, um dos mesmos frades no outro lado do Recife, de modo que só na jurisdição de Pernambuco são mantidos cerca de 400 religiosos; tem a mesma cidade de Pernambuco duas igrejas paroquiais chamadas do Salvador e de São Pedro, e ainda outra de nome Misericórdia, onde também está o hospital, assente sobre um monte no centro da cidade; logo ao descer o pendão próximo chega-se a um templo chamado de Nossa Senhora do Amparo e adiante a outro de nome de São João e mais afastado vê-se a igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; no cimo de um elevado oiteiro ergue-se a igreja de Nossa Senhora do Monte e a dois tiros de mosquete da cidade há a igreja de Santo Amaro. Ordinariamente vêm a Pernambuco todos os dias, por terra, de distâncias de 1 a 6 milhas, 350 a 400 mouros, antes mais do que menos, todos bem carregados com comestíveis, a fim de vendê-los para os seus senhores, e isto além das barcas que diariamente chegam ao Recife, de todos os lugares atrás mencionados e ainda de outros, e que também trazem mantimentos; todos os dias vão mais de 200 negros a uma ou duas milhas da cidade só a pegar caranguejos, e voltando à tarde para casa, carregados, vendem-nos todos; havia igualmente aqui cerca de 100 negros que diariamente saíam a pescar no mar, além de muito peixe apanhado na praia com redes e de uma grande barca de pes-

(\*) Com o do Carmo, não mencionado.

caria que ia até 4 a 5 milhas da costa e sempre voltava carregada; na minha opinião devia haver na cidade de Pernambuco mais de 800 homens e bem 4.000 ou mais mouros e ainda outras tantas mulheres e crianças.

§ 14º – RECIFE – Na entrada do recife, onde está o Poço, há ordinariamente 19 pés d'água e num banco que existe dentro, e por cima do qual têm de passar os navios, há 14 pés.

§ 15º – ILHA DE ITAMARACÁ – GOIANA – ARARIPE – A cinco milhas ao norte de Pernambuco está situada uma ilha chamada Itamaracá, a qual tem um bom rio, em que podem entrar navios de 14 pés de calado: há nessa ilha, em cima de um monte na entrada do rio, um pequeno reduto com 5 ou 6 peças que podem lançar balas de 6 a 7 libras e são chamadas meios-sacres.

Na jurisdição dessa ilha, que se estende até 14 ou 15 milhas de Pernambuco, pode haver cerca de 20 engenhos, que uns pelos outros fazem muito açúcar, e o melhor lugar que existe próximo a esses engenhos é chamado Goiana, sítio muito agradável, grande, belo e fértil, tendo em abundância toda a sorte de peixe, carne, frutas e outros víveres; ali reside gente rica e muitos nobres, e os habitantes, tanto de Itamaracá quanto de Goiana e de Araripe, devem ser mais de 300.

A mesma ilha com toda a sua jurisdição pertence ao Conde de Monsanto, que mora em Lisboa, e os habitantes devem pagar-lhe anualmente a renda de 2.500 a 3.000 ducados em dízimos de açúcar e outros impostos. Há ali um capitão-mor sem soldados e a justiça é ali também independente, conquanto o governador intervenha na sua distribuição quando necessário; da mencionada Goiana vem grande quantidade de pau-brasil, que é feito de 5 a 8 milhas para o interior e ali carregado em barcas para ser transportado para o Recife.

§ 16º – IGARASSU – A uma milha de Itamaracá há ainda um povoado de nome Igarassu, distante 5 milhas de Pernambuco, onde os habitantes são todos gente pobre, como também na ilha de Itamaracá, e vivem principalmente de seus ofícios ou para melhor dizer do trabalho dos seus escravos; nas imediações desse povoado há também 5 ou 6 engenhos ou talvez mais, contando com 2

ou 3 que distam dali 2 ou 3 milhas, em um lugar à margem dum rio que é preciso passar-se para chegar até ele; esse rio, chamado Paratibe, é ali muito largo, porém adiante estreita-se e fica água morta com cinco palmos ou mais de fundo.

§ 17º – PARAÍBA OU CIDADE FILIPÉIA – De Goiana vai-se à cidade da Paraíba, por outro nome Filipéia, e passa-se por duas aldeias de brasilienses que podem ter de 300 a 350 flecheiros; a mesma cidade da Paraíba está a 25 milhas de Pernambuco e na sua jurisdição existem 18 ou 19 engenhos, que anualmente produzem perto de 150.000 arrobas de açúcar e que é muito bom; a essa cidade chega um rio de 4 milhas de extensão e 14 pés de fundo, de modo que os navios que ali vão recebem os carregamentos de 600 a 700 caixas de açúcar junto à cidade e, estando carregados, descem de novo o rio, voltando para o mar; na foz desse rio há um forte em mau estado, com 11 ou 12 peças de ferro, chamado Cabedelo.

Há pouco negócio nessa cidade, que é pequena e situada numa planície; os principais habitantes residem na maioria fora, no campo, a 3 e 4 milhas da cidade; ali plantam mandioca e cereais, mas cousa de pouca consideração.

§ 18º – BAÍA DA TRAIÇÃO – CAMARATUBA – ALDEIAS DE BRASILIENSES – Acima da Paraíba 7 ou 8 milhas está a Baía da Traição, porto muito cômodo para muitos navios, como é sabido dos holandeses; adiante desta baía há um engenho situado num lugar denominado Camaratuba, o qual faz pouco açúcar e a umas cinco milhas para o interior; segundo penso, não há ali nenhum rio para subir-se até Camaratuba.

Esse engenho está ainda sob a jurisdição da Paraíba e nos arredores podem morar uns 40 homens; antes de chegar-se a esse lugar, e nas vizinhanças da Baía da Traição, encontram-se algumas aldeias de brasilienses, a maioria das quais têm sido queimadas pelos portugueses e mortos ou escravizados os brasilienses, porque há mais de 5 anos auxiliaram os holandeses na mesma Baía da Traição e foram por estes enganados, donde provém estarem ainda hoje, segundo dizem os portugueses, muito irritados contra a nação holandesa.

§ 19º – CUNHAÚ – Três milhas acima de Camaratuba existe ainda um engenho, no lugar chamado Cunhaú, o qual faz anualmente de 6 a 7.000 arrobas de açúcar; esse lugar está sob a jurisdição do Rio Grande e ali moram uns 60 ou 70 homens com suas famílias; meia milha distante desse engenho corre um rio, de três milhas de longo e meia milha de largo, onde as barcas iam carregar açúcar, de 100 a 110 caixas cada barca, e traziam dali também comestíveis; há ali, também, muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar.

§ 20º – CIDADE DO RIO GRANDE CHAMADA DO NATAL – ALDEIAS DE BRASILIENSES – De Cunhaú à cidade do Rio Grande, chamada cidade do Natal, há 17 milhas contadas ao longo da costa; para o interior e em muitos lugares o terreno é improdutivo; a gente que ali vive não mora a mais de 4 a 5 milhas da costa; nessa região do rio Grande há gado em quantidade e abundância, em muitos lugares porcos e em geral muitas galinhas.

As pastagens são ali excelentes e os habitantes não têm outra riqueza senão o gado, como que fazem muito dinheiro; entretanto, a maioria do povo é miserável, mal tendo de que viver; pegam ali muito peixe, plantam grande quantidade de mandioca para fazer farinha e também muito milho, o que tudo é trazido aqui para Pernambuco; há igualmente abundância de caça e de frutos silvestres.

Nessa jurisdição do Rio Grande pode haver ao todo 5 ou 6 aldeias de brasilienses, que, juntas, devem contar 750 a 800 flecheiros, e a principal destas aldeias é chamada Mopobu e está situada a 7 milhas ao sul do Rio Grande e a 4 ou 5 milhas para o interior; nessa jurisdição há também 2 engenhos que fazem pouco açúcar; a cidade tem cerca de 35 a 40 casas de palha e barro, mas os habitantes mais abastados dos arredores vivem habitualmente nos seus sítios e vêm apenas à cidade aos domingos e dias santificados para ouvir missa; os habitantes de toda essa jurisdição, num raio de 6 a 9 milhas, não excedem de 120 ou 130 homens, na maioria camponeses ignorantes e grosseiros; ali se encontra freqüentemente muito âmbar na praia.

§ 21º – O FORTE DO RIO GRANDE CHAMADO DOS TRÊS REIS MAGOS – Da cidade do Rio Grande ao forte chamado os Três Reis Magos há apenas a distância duma pequena meia milha, e esse forte é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo e está armado com 11 canhões de bronze, todos meios-canhões, muitas colubrinhas e ainda 12 ou 13 canhões de ferro, estes porém imprestáveis; na entrada do mesmo forte há também 2 peças e daí chega-se ao paiol da pólvora; as muralhas podem ter de 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas, tendo o intervalo cheio de barro; ordinariamente há poucos víveres no forte, porque entre esses portugueses não reina muita ordem; a guarnição consta habitualmente de 50 a 60 soldados pagos e com a maré cheia o forte fica todo cercado d'água, de modo que ninguém dele pode sair nem nele pode entrar.

Junto ao mesmo forte, para o lado do norte, fica o rio chamado Rio Grande, um muito grande e belo lugar; por esse motivo e porque os franceses e ingleses ali aportavam freqüentemente com os seus navios, onde os reparavam e faziam provisão d'água, frutas, carnes e outros refrescos, mandou o rei construir aquele forte a fim de impedi-lo, porquanto também iam ali traficar com brasilienses e adquiriam muito pau-brasil, do qual agora já não há tanto, e ainda outras mercadorias.

Quando ali há falta de sal, o capitão-mor do dito forte do Rio Grande manda uma ou duas barcas, de 45 a 50 toneladas, a um lugar 60 milhas mais para o norte, onde há grandes e extensas salinas que a natureza criou por si; ali podem carregar, segundo muitas vezes ouvi de barqueiros que dali vinham com carregamentos de sal, mais de 1.000 navios com sal, que é mais forte do que o espanhol e alvo como a neve. É um lugar deserto, em cujas imediações ninguém mora, aparecendo apenas ali alguns tigres com os quais é preciso ter cautela.

Estas salinas estão rentes à praia completamente cheias de sal; mas os navios que tiverem de ir ali, segundo penso, devem conservar-se um tanto ao largo, porquanto aquela costa é muito periosa.